

**ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INTERSETORIAIS NO ENFRENTAMENTO DO
TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: A EXPERIÊNCIA DA PARCERIA
ENTRE O PAI-MT E A COETRAE-MT**

*INTERSECTORAL ACTION STRATEGIES TO COMBAT CONTEMPORARY SLAVE
LABOR: THE EXPERIENCE OF THE PARTNERSHIP BETWEEN PAI-MT AND COETRAE-
MT*

KELLY PELLIZARI

UFMT - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

LUIS HENRIQUE DA COSTA LEÃO

CARLA REITA FARIA LEAL

Comunicação:

O XIII SINGEP foi realizado em conjunto com a 13th Conferência Internacional do CIK (CYRUS Institute of Knowledge), em formato híbrido, com sede presencial na UNINOVE - Universidade Nove de Julho, no Brasil.

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INTERSETORIAIS NO ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: A EXPERIÊNCIA DA PARCERIA ENTRE O PAI-MT E A COETRAE-MT

Objetivo do estudo

O contexto de investigação para se pensar em estratégias de intervenção foi aquele em que se identificam os trabalhadores vulneráveis à exploração laboral e suas múltiplas necessidades de suporte, seja nas esferas federais, estaduais e/ou municipais e a lacuna entre essas pessoas

Relevância/originalidade

Neste sentido, parcerias interinstitucionais que priorizem as expertises de atuantes na área, fez com que os parceiros se motivassem em um processo de colaboração entre essas instituições relatadas, visando ampliar e fortalecer a promoção de educação emancipatória frente as demandas

Metodologia/abordagem

A resposta diante do diagnóstico construído, vivenciado e discutido foi capaz de promover uma oportunidade de intervenção em que se articulam mecanismos que foram adotados a fim de solucionar ou atuar diante do problema identificado.

Principais resultados

Os resultados obtidos pela intervenção, a considerar que foram aplicados em um único estado, fornecem indícios substanciais de que a intersectorialidade e o controle social podem andar juntos em favor aos às populações mais vulneráveis e aquelas que já foram escravizadas

Contribuições teóricas/metodológicas

As contribuições metodológicas evidenciam as potencialidades dos projetos de extensão universitária, no seu enfoque de oferecer a comunidade a contrapartida da universidade frente ao problemas locais

Contribuições sociais/para a gestão

As contribuições sociais, da implantação de tal proposta podem garantir ações práticas no enfrentamento ao TEC, um melhor preparo das equipes de ponta para o atendimento e apoio as vítimas, fornecimento de informações e produção de conhecimentos com base nas realidades locais

Palavras-chave: intersectorialidade; , Trabalho escravo contemporâneo, capacitação, Mato Grosso, PAI-MT

*INTERSECTORAL ACTION STRATEGIES TO COMBAT CONTEMPORARY SLAVE
LABOR: THE EXPERIENCE OF THE PARTNERSHIP BETWEEN PAI-MT AND COETRAE-
MT*

Study purpose

The research context to think about intervention strategies was one in which workers vulnerable to labor exploitation and their multiple support needs are identified, whether at federal, state and/or municipal levels, and the gap between these people

Relevance / originality

In this sense, interinstitutional partnerships that prioritize the expertise of those working in the area, made the partners motivated in a process of collaboration between these reported institutions, aiming to expand and strengthen the promotion of emancipatory

Methodology / approach

The response to the diagnosis constructed, experienced and discussed was able to promote an opportunity for intervention in which mechanisms were articulated that were adopted in order to solve or act on the identified problem.

Main results

The results obtained by the intervention, considering that they were applied in a single state, provide substantial evidence that intersectionality and social control can go hand in hand in favor of the most vulnerable populations and those who have already been enslaved

Theoretical / methodological contributions

The methodological contributions highlight the potential of university extension projects, in their focus on offering the community the university's counterpart in the face of local problems

Social / management contributions

The social contributions of implementing such a proposal can guarantee practical actions to combat TEC, better preparation of cutting-edge teams to care for and support victims, provision of information and production of knowledge based on the local realities of each territory.

Keywords: intersectionality, contemporary slave labor, training, Mato Grosso, PAI-MT

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INTERSETORIAIS NO ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: A EXPERIÊNCIA DA PARCERIA ENTRE O PAI-MT E A COETRAE-MT

Introdução

O presente texto apresenta o trabalho em conjunto realizado pela Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do estado de Mato Grosso (COETRAE-MT) e o Projeto Ação Integrada (PAI/MT) – que envolve o Ministério Público do Trabalho, a Secretaria Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e a Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT em desenvolver uma estratégia de enfrentamento do escravo contemporâneo em Mato Grosso, articulando diferentes setores.

O contexto de investigação para se pensar em estratégias de intervenção foi aquele em que se identificam os trabalhadores vulneráveis à exploração laboral e suas múltiplas necessidades de suporte, seja nas esferas federais, estaduais e/ou municipais e a lacuna entre essas pessoas e o que o poder público oferece ou poderia oferecer de suporte a este público, uma vez que já se tem indícios de que para os trabalhadores resgatados ou vítimas do TEC, não importa, muitas vezes, a mão que lhes será ou deveria ser estendida, no entanto, ainda figura-se um desafio promover ações conjuntas e articuladas entre os diferentes atores sociais a fim de se concretizar políticas públicas que atendam às necessidades das vítimas do TEC e dos vulneráveis a esta chaga social.

Neste sentido, parcerias interinstitucionais que priorizem as expertises de atuantes na área, alinhadas a uma dose de entusiasmo das equipes participantes fez com que os parceiros se motivassem em um processo de colaboração entre essas instituições relatadas, e tivessem como foco central oferecer suporte a setores públicos do executivo em nível municipal, visando ampliar e fortalecer a promoção de educação emancipatória frente as demandas concernentes à realidade e necessidades das pessoas vulneráveis e resgatadas do trabalho escravo contemporâneo (TEC).

A resposta diante do diagnóstico construído, vivenciado e discutido foi capaz de promover uma oportunidade de intervenção em que se articulam mecanismos que foram adotados a fim de solucionar ou atuar diante do problema identificado. Assim, por meio de um curso de capacitação para os profissionais da saúde e assistência social de Mato Grosso busca-se ampliar as estratégias de enfrentamento ao trabalho análogo ao de escravo em contexto regional e com possibilidades de replicação de tal iniciativa em outros contextos e setores, em que se pense na efetivação de políticas públicas que dialoguem com os agentes já atuantes inseridos nos territórios a serem contemplados, com a possível proposta de intervenção.

Os resultados obtidos pela intervenção proposta são promissores e embora preliminares, a considerar que foram aplicados em um único estado, fornecem indícios substanciais de que a intersectorialidade e o controle social podem andar juntos em favor aos às populações mais vulneráveis e aquelas que já foram escravizadas ou que ainda se encontrem em tais circunstâncias. O fortalecimento das redes de apoio destas populações além de garantir um atendimento e escuta qualificada aos atendidos, podem servir de base para se efetivar políticas públicas, ainda que insipientes, em propostas robustas de atuação em rede e fortalecimento das instituições envolvidas.

As contribuições sociais, da implantação de tal proposta podem garantir ações práticas no enfrentamento ao TEC, um melhor preparo das equipes de ponta para o atendimento e apoio as vítimas, fornecimento de informações e produção de conhecimentos com base nas realidades locais de cada território. Tais informações são extremamente necessárias para que os agentes públicos possam discutir a implantação de políticas públicas que realmente atendam as demandas e sejam efetivas em seus propósitos.

Contexto Investigado: trabalho análogo ao de escravo em Mato Grosso, PAI-MT e a COETRAE-MT

A atenção às necessidades de pessoas egressas e vulneráveis ao Trabalho Escravo tem sido um lado menos desenvolvido nas políticas e estratégias brasileiras de combate ao trabalho escravo. No Mato Grosso, importantes estratégias, por outro lado, foram desenvolvidas a partir da articulação de agentes, movimentos e instituições dessa região.

Exemplo disso é o Projeto Ação Integrada (PAI-MT) que atua há quase 15 anos em Mato Grosso e é fruto da ação articulada entre a Superintendência Regional do Trabalho em Mato Grosso (SRTE/MT), o Ministério Público do Trabalho da 23ª Região (MPT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e tem seu foco de atenção aos egressos ao trabalho análogo ao de escravo e em pessoas vulneráveis a este tipo de exploração.

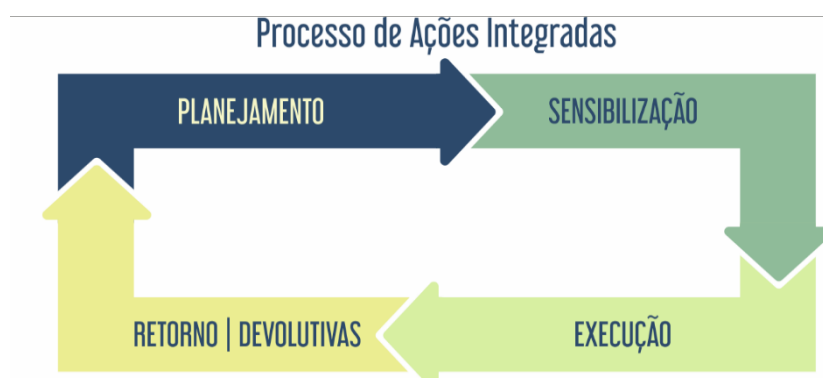
O PAI tem por objetivo combater o trabalho análogo ao de escravo por meio de oferta de oportunidades de qualificação profissional, elevação educacional dos trabalhadores resgatados e/ou em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, possibilidade de elevação da renda desses grupos no Estado de Mato Grosso.

Ao longo de sua trajetória, o PAI direcionou seus esforços no trabalho com os egressos e vulneráveis a partir de uma perspectiva emancipatória. Ou seja, esforça-se ao máximo para impedir a reincidência dos trabalhadores a situações de exploração, promovendo meio de rompimento com o ciclo da escravidão contemporânea, ilustrado abaixo:

Ao longo dos anos de sua experiência, o PAI estruturou-se e ampliou suas ações, passando a ser incorporado como um projeto de extensão da Universidade Federal de Mato Grosso ao articular ações integradas junto às demais instituições responsáveis. Assim, a capacidade de articulação interinstitucional do projeto mostra-se como um diferencial (Pellizari, 2021; Pellizari; Arruda, 2021). Desde a gestão das equipes executora e gestora, articula constantemente ações entre os parceiros da iniciativa pública e privada. Na estrutura atual, o PAI dispõe de duas equipes, a gestora e a executora. A articulação destas equipes e alinhamento junto aos diferentes parceiros fez com que o projeto atingisse um grau de maturidade e desenvolvesse ações interligadas que, quando analisadas em conjunto, remetem a um processo que pode ser mais bem compreendido ao serem divididas em grupos de ações de planejamento, sensibilização, execução e contrapartidas/devolução. Entre as ações intercaladas pelas equipes, o processo compreende quatro etapas, conforme demonstrado na Figura 1:

Figura 1

Processo e dinâmicas de ações do PAI-MT



Fonte: Dados do Projeto PAI-MT.

A equipe gestora se ocupa com a parte administrativa do projeto e delibera, com os membros das três instituições, as ações estratégicas. Dentre suas atividades estão a coordenação geral, a promoção de ações de articulação junto a outras entidades públicas ou privadas, o gerenciamento da equipe executora e a sensibilização pela causa junto à comunidade local, regional e nacional, além da busca por parceiros que viabilizem a saúde financeira do PAI, que advém dos termos de ajuste de conduta, ou seja, os conhecidos Termos de Ajuste de Conduta - TAC's e de sentenças judiciais. A sensibilização é uma das ferramentas mais utilizadas pelo projeto, realizada pelas duas equipes e destinada às entidades e gestores públicos, privados e do terceiro setor, nas esferas municipais, estaduais e federais (Paiva Leão, 2017; Pellizari; Arruda, 2021).

Ao longo de sua atuação, o PAI abordou quase 3000 egressos do trabalho análogo ao de escravo ou pessoas em situação de vulnerabilidade social, qualificou mais de 1160 (um mil, cento e sessenta) trabalhadores nos mais de 60 (sessenta) cursos profissionalizantes oferecidos pelo projeto. Visitou mais de 25 (vinte e cinco) comunidades em situação de vulnerabilidade social e esteve presente por meio de suas equipes em mais de 80% dos municípios do estado de Mato Grosso (PAI, 2020). O Projeto Ação Integrada – PAI-MT é um projeto de extensão universitária na Universidade Federal de Mato Grosso. Desenvolvido desde 2009 como resposta a inquietação de um auditor fiscal do trabalho e egresso da referida universidade. O PAI-MT surgiu de uma ação articulada entre a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso (SRTE/MT), o Ministério Público do Trabalho da 23ª Região (MPT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e é reconhecido nacional e internacionalmente como uma iniciativa inovadora em promover o resgate da cidadania de egressos do trabalho análogo ao de escravo e vulneráveis a esta exploração.

Como projeto inovador, desde sua configuração até suas práticas cotidianas o PAI-MT se destaca também pela possibilidade de articulação entre entidades públicas, privadas e sociedade civil. Tem por objetivo a erradicação do trabalho análogo ao de escravo, por meio de oportunidades de qualificação profissional, elevação educacional dos trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo e/ou em situação de vulnerabilidade a essa exploração, elevação de renda de trabalhadores e comunidades vulneráveis a essa situação no Estado de Mato Grosso (PAI-MT, 2023).

Um dos objetivos do PAI-MT concentra-se em impedir a reincidência dos trabalhadores em situações de degradância, e a entrada daqueles que se encontram vulneráveis social e economicamente ao ciclo perverso da escravidão contemporânea, processo que pode ser ilustrado mediante algumas situações, tais como: grave situação de vulnerabilidade socioeconômica, aliciamento e migração para o local de trabalho degradante e/ou forçado, exploração do trabalho escravo contemporâneo, fuga da exploração, denúncia atendida pela fiscalização e libertação dos trabalhadores, pagamento dos direitos trabalhistas, recebimentos das três parcelas do seguro desemprego dos resgatados, retorno a vulnerabilidade socioeconômica e também ao trabalho análogo ao de escravo.

O PAI-MT busca minimizar ou eliminar alguns desses fatores que causam essa vulnerabilidade, trabalhando com ações de prevenção, assistência às vítimas, repressão e qualificação profissional, entendendo que deste modo, contribuir para romper com o ciclo da exploração, conforme pode ilustrar a figura abaixo.

Figura 2

Processo ilustrado de ações do PAI-MT



Fonte: Banco de dados PAI-MT

Para contribuir com a ruptura do ciclo de exploração laboral o Projeto Ação Integrada oferece aos trabalhadores egressos do trabalho análogo ao de escravo, trabalhadores se encontram vulneráveis a essa exploração e também comunidades vulneráveis a esta condição, acesso às políticas públicas educacionais, de qualificação profissional, apoio a inserção no mundo do trabalho decente e promoção de acesso aos meios de vida dignos. De um modo diferenciado o projeto realiza suas ações a partir da perspectiva do indivíduo atendido, de sua identificação socioeconômica e profissional. Assim o PAI-MT trabalha para atender a demanda de cada trabalhador e/ou comunidade, encontrando parceiros que acreditem na força de um trabalho conjunto e voltado a dignidade humana.

Figura 3

Metodologia das principais ações do PAI-MT

1º	2º	3º	4º
Utilização do Banco de Dados do Seguro Desemprego dos Resgatados oriundo dos registros das ações de fiscalização dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho.	Abordagem dos Trabalhadores egresso do trabalho análogo ao escravo e/ou vulneráveis a essa situação, Estudo do Perfil Socioprofissional e Econômico dos mesmos pela equipe técnica do PAI.	Identificação de Programas, Projetos e Parcerias que atendam as demandas apresentadas pelos trabalhadores oportunizando o acesso ao mundo do trabalho digno.	Cursos de Qualificação, Elevação Educacional e Reinserção Sócio profissional, oriundo de planejamentos, organização, operacionalização e acompanhamento em loco.

Fonte: Banco de dados PAI-MT

O referido projeto é referenciado como modelo de boas práticas na erradicação do trabalho escravo contemporâneo pela Organização Internacional do Trabalho – OIT e também pela Organização das Nações Unidas – ONU, sendo pioneiro nas ações de ponta ou conhecidas na área por ações de pós-resgate.

A expertise de 15 (quinze) anos demonstrada pelo PAI-MT em Mato Grosso serviu de base para implementação de quatro novas iniciativas de enfrentamento a essa exploração, criadas entre 2013 e 2017. Três delas estaduais - abrangendo Bahia (Projeto Ação Integrada), Rio de Janeiro (Programa Ação Integrada - Resgatando a Cidadania) e Ceará (Projeto Ação Integrada), e uma regional - abrangendo Maranhão, Pará e Tocantins (Rede de Ação Integrada de Combate à Escravidão - RAICE), foram implementadas por diferentes instituições e todas dedicam-se ao atendimento de resgatados/as e vulneráveis ao trabalho escravo residentes nas áreas de abrangência de cada projeto.

Como resultado imediato, os qualificados pelo PAI-MT têm sua dignidade e autoestima resgatada, por meio das oportunidades a eles oferecidas. Oferece condições e apoio para que os

qualificados consigam retomar seus projetos de vida, interrompidos anteriormente, e/ou escrever sua nova história.

O PAI-MT esteve por meio de sua equipe em mais de 80% dos municípios do estado de Mato Grosso, onde obteve mais de 100 (cem) termos de adesão assinados, foram firmadas inúmeras parcerias dentre elas com o Sistema S, secretarias municipais, secretarias do estado do MT e empresas preocupadas com a responsabilidade social, ainda foram realizadas mais de 2.975 (duas mil novecentos e setenta e cinco) abordagens aos egressos do trabalho análogo ao de escravo e/ou vulneráveis a essa situação. Destes números, foram qualificados, mais de 1.072 (mil e setenta e duas) pessoas. Foram visitadas mais de 22 (vinte e duas) comunidades onde foram identificadas um alto índice de casos de exploração de trabalhadores análogo ao de escravos e/ou vulneráveis a essa situação, visando fortalecer e empoderar a elas através do resgate de sua identidade cultural.

A Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo- COETRAE-MT é um órgão permanente, que está vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso. Como uma essência tripartite, a Comissão contempla representantes de órgãos dos governos Federal e Estadual e da sociedade civil, que juntos buscam articular e fomentar ações de prevenção, repressão e inserção social de trabalhadores egressos e/ou vulneráveis ao trabalho escravo contemporâneo.

A COETRAE-MT já completou 14 anos de atuação em Mato Grosso, criada a partir do Decreto nº 985 de 2007, desempenha um papel importante na defesa dos direitos humanos no estado e é reconhecida internacionalmente pelas ações. A COETRAE-MT, foi pioneira na elaboração do 1º Plano de Ações de Erradicação do Trabalho Escravo de Mato Grosso em 2008, reconhecida também pela criação do fundo Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo (FETE) implementado por meio da lei nº 9.291/2009.

Em 2021 depois de uma reestruturação, novamente a COETRAE-MT vem inovando e cria o Fluxograma de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo, regulamentado pela Portaria nº 001/2021. O instrumento fornece detalhes e um fluxo que orienta e dá suporte durante as ações da COETRAE-MT, no enfrentamento ao trabalho escravo e atendimento aos trabalhadores resgatados de situação degradantes de trabalho.

Diagnóstico da Situação-Problema: intersectorialidade e controle social na integração de práticas e políticas públicas

Segundo Edgar Morin, o método da complexidade nos coloca diante do desafio de quebrarmos esferas fechadas e reestabelecer articulações entre o que foi separado e levar à cabo a multidimensionalidade diante de totalidades integradoras. Pensar políticas públicas, com esse olhar, implica em levar a sério aspectos intersectoriais (articulação dos setores governamentais – previdência, meio-ambiente, trabalho, agricultura, entre outros) e aspectos transsectoriais (incorporação dos saberes de atores e grupos da sociedade civil, comunidade local, trabalhadores, população e movimento social em geral) a partir de um olhar transdisciplinar (diálogo de diversas disciplinas do campo científico e outros saberes).

O pensamento sistêmico é holístico e integrador e opõe-se frontalmente ao pensamento mecanicista, reducionista e atomizado. Entre essas matrizes de pensamento há tensão entre as partes e o todo. O mecanicismo privilegia as partes, enquanto o sistêmico, o todo, pois o todo é mais do que a soma das partes:

De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui. Elas surgem das interações e das relações entre as partes. Essas propriedades são destruídas quando o sistema é dissecado, física ou teoricamente, em elementos isolados. Embora possamos

discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas, e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes (Capra, 1998, p. 39).

No que tange à intersetorialidade, o Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que investe seus recursos para o desenvolvimento econômico do país, precisa investir também na garantia da qualidade de vida e saúde da população, e para isso, a articulação do setor saúde com demais setores governamentais é fundamental. Deste modo, a intersetorialidade pode ser considerada um elemento fundamental de uma política de vigilância em saúde, trabalho e ambiente sobre as cadeias produtivas (Leão, 2015). A noção de intersetorialidade preconiza o envolvimento de diversos setores governamentais em torno de uma ação, uma causa, um tema, um problema. Dada a complexidade de algumas situações-problema, suas demandas não conseguem ser respondidas pelo setor saúde - ou qualquer outro setor que seja - de maneira isolada, sendo necessária a articulação de vários setores para a intervenção mais eficaz e resolutiva dos problemas (Leão, 2015). A ideia de intersetorialidade remete à plurinstitucionalidade, ou seja, a ação conjunta de várias organizações e entidades, que é imprescindível para intervenção. Quando se pensar no problema da escravização contemporânea a intersetorialidade se apresenta como fundamento crucial e necessário para a construção de políticas de prevenção, combate e reinserção social de pessoas escravizadas, na medida em que se constitui como prática de ação política e de gestão que se baseia na compreensão sistêmica dos problemas, com seus determinantes e condicionantes interligados e interdependentes.

Da mesma forma, outro ponto fundamental para uma política dessa natureza, além da inter-relação entre diversos setores do Estado é a participação da sociedade. Ou seja, uma política que preconize a relação entre Estado e Sociedade para a construção de ações que respondam às demandas da realidade e das condições da vida. Esta participação permite a criação de políticas que sejam, de fato, públicas, ou seja, que não tenham o público tão somente como alvo, mas como artífice e ator fundamental (Leão, 2015). A representação da sociedade, no contexto da luta contra o trabalho escravo, se dá formalmente, e fóruns de direitos humanos, conselhos, conferências, mas especialmente nas Comissões Estaduais e Comissões Nacionais de Erradicação do Trabalho Escravo. A fim de fortalecer o controle social e a participação, se faz necessário avançar em outros mecanismos de participação da sociedade civil que podem ser preconizados nas ações de combate ao trabalho escravo, articulando Fóruns, ONGs, Associações de Moradores, Entidades de Lutas por Direitos, Associações de trabalhadores e população em geral (Leão, 2015).

Delimitação da situação-problema: articulações para formação em saúde e assistência social

A partir desses princípios, foi organizado um projeto que visou atender a uma demanda de fortalecimento de ações de atenção aos trabalhadores resgatados do trabalho escravo no estado de Mato Grosso; em consonância com a Portaria nº 3.484, publicada em 07 de outubro de 2021 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e que entrou em vigor no dia 1º de novembro de 2021, que trata do “Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas do Trabalho Escravo no Brasil” (Brasil, 2021) está o resultado do trabalho da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) em parceria com as Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAES), a Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo de São Paulo (COMTRAE), o Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil e outras entidades públicas e organizações da sociedade civil com experiência no tema – a COETRAE-MT, em parceria com o Projeto Ação Integrada, busca oportunizar espaços e estratégias de formação para a ação de atenção integral aos trabalhadores resgatados e vulneráveis ao trabalho escravo no estado.

Esse projeto também está alinhado à Portaria Nº 01/2021/COETRAE/SESP/MT que institui o Fluxo de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo do Estado de Mato Grosso e estabelece ações em estágios de Denúncia ao Planejamento, Resgate e Pós-Resgate.

Ao se pensar no Pós-Resgate, sabemos que a experiência da escravidão de pessoas acarreta muitos problemas e impactos de diferentes ordens, incluindo saúde física e psicológica, acesso a direitos e benefícios sociais que necessitam de cuidados e atenção específica na rede de saúde pública e rede de assistência social. O papel da rede de assistência social – SUAS e o papel das redes de saúde pública – SUS é fundamental para atender às múltiplas necessidades das vítimas, não se restringindo a atendimentos médicos, sociais e psicossociais pontuais, mas ao estabelecer uma rede intersetorial de atenção integral frente aos efeitos decorrentes da violência do trabalho escravo e como forma de superar vulnerabilidades para evitar reescravizações.

As práticas de atenção intersetorial na rede de saúde e assistência social podem ser fortalecidas a partir da troca de experiências entre diferentes profissionais visando ampliar e fortalecer as ações já existentes e enfrentar as limitações para sua ampliação. O maior envolvimento dessas duas áreas (Saúde e Assistência Social) é relevante para oferecer respostas para emancipação e enfrentamento do trabalho escravo que envolve diferentes unidades e práticas no SUS e no SUAS (a exemplo das vigilâncias, da educação em saúde, da atenção básica, da atenção psicossocial, etc.), porque o trabalho escravo não é um problema apenas de cunho policial, nem do Judiciário, nem do setor de fiscalização do trabalho, mas sim um problema de saúde pública e assistência social.

Ao considerar que o setor saúde carece de ações mais consolidadas nessa área, ressalta-se que existem diferentes normativas legais e instrumentos de atuação que fundamentam o seu lugar no enfrentamento ao problema do TEC, além das unidades de saúde serem estratégicas para o descobrimento de casos de TEC. Por exemplo, a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) tem como um de seus objetivos a “contribuição na identificação e erradicação de situações análogas ao trabalho escravo” e as conferências regionais, estaduais e nacional de saúde reconhecem a necessidade do SUS avançar nesse ponto, como expressou-se na 13ª Conferência Nacional de Saúde a necessidade de “Estabelecer políticas (...) que previnam danos aos trabalhadores (...) que são submetidos a regimes de escravidão” e a Atenção Básica e a vigilância das violências já desenvolveram uma ficha de notificação de violência onde consta a informação sobre as ocorrência de casos de trabalho escravo, tráfico humano e exploração sexual.

Profissionais da rede de saúde pública ao redor do país e do estado do Mato Grosso têm desenvolvido experiências e práticas na vigilância e na atenção à saúde frente ao TEC, a exemplo da colaboração nas fiscalizações de ambientes de trabalho (em muitos municípios levada a cabo por profissionais da vigilância sanitária), notificação de casos de trabalho escravo, campanhas preventivas, atenção à saúde das pessoas que foram resgatadas, identificação de casos a partir de atendimentos na rede de urgência e emergência, hospitais, atenção básica, etc. Essas experiências carecem de maior visibilidade e reconhecimento público porque oferecem elementos cruciais para se pensar na consolidação e aprimoramento de muitas dessas práticas. Conhecer melhor essas ações, em seus alcances, limites e necessidades de avanço pode contribuir grandemente para fortalecer tais processos e, eventualmente, ampliar a rede de colaborações e estratégias com a assistência social e setores como educação, cultura, etc. Daí a importância de reunir profissionais de saúde em parceria com profissionais da assistência social em torno desse problema e de suas possíveis soluções concretas.

Neste sentido, reunir os profissionais de ponta, da saúde e da assistência social de Mato Grosso, possibilitaria uma aproximação das expertises e oportunidade de se pensar conjuntamente em estratégias possíveis para o enfrentamento do trabalho análogo ao de escravo. Deste modo, a configuração de uma capacitação profissional, em que se consiga ouvir

as realidades locais e a partir delas analisar os conceitos do TEC com base na formação recebida, parece ser um exercício útil e enriquecedor, além de delimita a situação-problema precursora do processo de formação planejado.

Intervenção Proposta: Curso de “Formação para a Atenção Integral às Populações Vulneráveis e Trabalhadore(a)s Resgatado(a)s do Trabalho Escravo”

O objetivo foi realizar um processo de formação (sensibilização, troca de experiências e aprimoramento) junto aos profissionais de assistência social e saúde atuantes no estado de Mato Grosso, sobre a atenção integral aos trabalhadores resgatados do trabalho escravo e às populações vulneráveis à escravização para fortalecer práticas e mobilizar novas estratégias pertinentes à implementação do “Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas do Trabalho Escravo no Brasil”, segundo as potencialidades e limitações da realidade das unidades de saúde e assistência social, considerando os princípios de participação da população e intersetorialidade. A intenção é oportunizar o aprendizado entre os participantes do processo de formação frente ao problema do trabalho escravo contemporânea e ampliar as possibilidades de parcerias e estratégias de ação no tocante à atenção integral à saúde (atenção psicossocial, promoção da saúde, vigilância em saúde, etc.) a partir das atribuições do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social.

Profissionais atuantes na rede de Saúde e Assistência Social de municípios do interior do Mato Grosso eleitos para serem polos da realização das oficinas, profissionais Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests Estadual e Regionais), da Atenção Básica (Estratégia Saúde da Família), Rede de Urgência e Emergência, Rede Hospitalar, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Vigilância Epidemiológica, etc. parceiros de movimentos e organizações sociais como a comissão Pastoral da Terra, Solidariedade e Educação (FASE), dentre outras.

O processo de formação se dará por duas modalidades: oficinas presenciais e encontros *online* síncronos (todos os participantes ao mesmo tempo na plataforma online) e assíncronos (materiais e aulas disponíveis em plataforma disponível para serem acessados a qualquer momento).

Na primeira fase, nos concentramos em pensar formas de atenção às vítimas do trabalho escravo a partir de experiências e desafios, em modalidade presencial, assim a primeira fase/unidade do processo contou com oficinas presenciais realizadas em municípios do interior do estado de Mato Grosso, em 05(cinco) macrorregiões escolhidas estrategicamente, de cunho participativo com exposição de experiências e troca de informação entre os participantes para a formação e sensibilização.

As oficinas presenciais, tiveram três eixos de debates: 1- Experiências de serviços públicos e práticas de atenção integral em saúde e assistência social às populações em contextos de trabalho escravo; 2- Potencialidades, Possibilidades, Barreiras e Limites para ampliação das Ações Intersetoriais e Participativas em Saúde dos Trabalhadores Resgatados e Vulneráveis; 3- Desafios para a efetivação do “Fluxo de Atendimento às Vítimas do Trabalho Escravo” no estado de Mato Grosso.

Na segunda fase/unidade 2, o processo se concentrou em um curso online sobre fundamentos conceituais, legais e políticos para o enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo. Essa segunda fase do processo foi composta por videoaulas *online* (síncronas e assíncronas) sobre fundamentos conceituais e da legislação vigente sobre as relações de trabalho escravo no Brasil e as políticas públicas para o combate ao TEC considerando os eixos assistência social, prevenção, vigilância e atenção integral.

O curso de Formação para a Atenção Integral às Populações Vulneráveis e Trabalhadore(a)s Resgatado(a)s do Trabalho Escravo, teve 40 horas de duração e o objetivo foi

promover sensibilização de profissionais do setor saúde e assistência social frente ao problema social do trabalho escravo contemporânea e ampliar as possibilidades de parcerias e estratégias de ação no tocante à atenção integral à saúde (atenção psicossocial, promoção da saúde, vigilância em saúde, etc.) a partir das atribuições do Sistema Único de Saúde. Os temas abordados foram: A COETRAE-MT e o combate ao trabalho escravo; O conceito e caracterização do trabalho escravo contemporâneo (TE) e tráfico humano (TH); Estrutura e dinâmica de ação da fiscalização do trabalho escravo; Legislação básica para o combate à escravidão contemporânea; Atenção e emancipação psicossocial de pessoas resgatadas do TE e do TH; Vigilância em Saúde e as formas degradantes de trabalho: instrumentos e meios; Aspectos históricos das relações saúde-trabalho-escravidão; Agroecologia e combate à escravidão; Experiências do setor saúde e assistência social para o enfrentamento do trabalho escravo e tráfico humano; Impactos da escravidão na saúde física e mental dos trabalhadores; Atenção psicossocial à populações vulneráveis e resgatadas da escravidão; Estratégias para superação de vulnerabilidades sociais; Metodologia de Projetos de intervenção.

Na última fase do curso, procedeu-se a avaliação e propostas de intervenção na realidade local, para tal foram realizadas outras oficinas presenciais no interior do estado de Mato Grosso, nas mesmas macrorregiões realizadas na fase 1, para avaliação do processo e dos projetos de intervenção dos participantes na realidade local. Essas oficinas de avaliação e intervenção tiveram três eixos de debates: 1- Avaliação do processo de formação e novos encaminhamentos; 2- Exposição dos projetos de intervenção construídos ao longo do curso e tiveram como metas a ampliação do reconhecimento sobre a relevância dos profissionais de saúde, da rede SUS e SUAS e organizações e instituições parceiras, para o enfrentamento do trabalho escravo; os encaminhamentos conforme autonomia dos grupos nas oficinas para novos passos: novos cursos para a rede de saúde, outros encontros, escrita de materiais, indicação de outras estratégias para formulação/visibilização de indicadores, fontes de informação, instrumentos de coleta de dados.

Resultados Obtidos: Breve avaliação do curso e análise preliminar

Ao se realizar uma avaliação interna e sucinta do curso de Formação para atenção integral às populações vulneráveis e trabalhador(a)s resgatado(a)s do trabalho escravo, se faz notório apontar que a concretização desta ação foi possibilitada pelas diversas parcerias estabelecidas ao longo do processo de planejamento, organização e execução do curso. A parceria de longa data entre o PAI-MT e a COETRAE-MT propiciou um engajamento interinstitucional e possibilitou que se criassem estratégias conjuntas em que as diferentes esferas públicas pudessem atuar, cada um desempenhando ações de sua expertise para a efetivação da proposta comum.

Deve-se ainda salientar que, a parceria e confiança mútua entre os membros do PAI-MT e da COETRAE-MT foram cruciais neste processo formativo, possibilitando para além da realização de ações pontuais, mas também um percurso de aprendizado contínuo e de engajamento de equipe entre os parceiros, tão necessários quanto os conhecimentos técnicos repassados aos participantes.

Neste sentido, o curso de Formação para Atenção Integral às Populações Vulneráveis e Trabalhador(a)s Resgatado(a)s do Trabalho Escravo, buscou qualificar os profissionais da saúde e assistência social de Mato Grosso, por meio do fortalecimento de ações em atenção aos trabalhadores resgatados do trabalho escravo contemporâneo, além de oportunizar aos participantes conhecer o fluxo de Atendimento às Vítimas de Trabalho Escravo do Estado de Mato Grosso e discutir ações em estágios de Denúncia ao Planejamento, Resgate e Pós-Resgate.

A metodologia diversificada, contou com três etapas: oficinas presenciais de 8(oito) horas em cada, 10 (dez) horas de processo de aprendizagem por meio de videoaulas gravadas e

disponibilizadas em ambiente virtual aprendizagem (AVA/UFMT), além da 14 (quatorze) horas da fase de avaliação do processo de formação e exposição de ações/projetos de intervenção a serem construídos pelos participantes a partir do curso, totalizando uma carga horária de 40(quarenta) horas. As duas oficinas realizadas, conforme informações no quadro 02, elegeram municípios anfitriões de cinco macrorregiões de Mato Grosso e aconteceram entre 2022 e 2023, conforme informações na figura 04 abaixo:

Figura 04

Cronogramas das oficinas presenciais

OFICINAS PRESENCIAIS	
Cáceres -MT	Data: 07/12/22 e 08/02/23
Cuiabá -MT	26/04/23 e 30/06/23
Rondonópolis-MT	27/04/23 e 03/07/23
Sinop-MT	11/09/23 e 26/10/23
Barra do Garças -MT	18/09/23 e 19/10/23

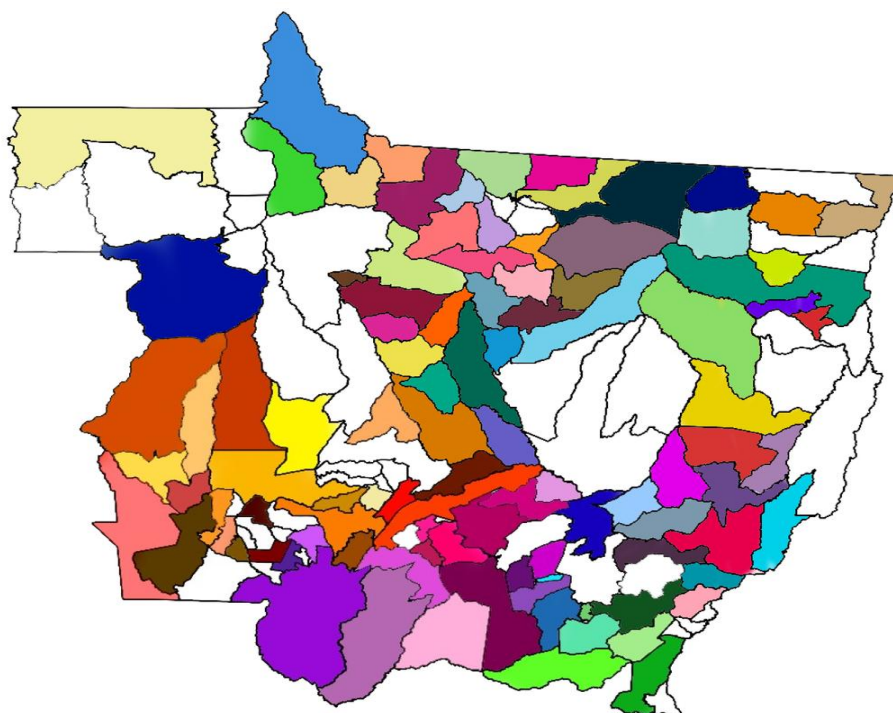
Fonte: Banco de dados PAI-MT

A contrapartida financeira para a realização do curso foi rateada entre o PAI-MT e a COETRAE-MT, conforme suas disponibilidades de orçamento e estrutura, ou ainda, utilizando-se de parcerias já consolidadas anteriormente com outras instituições, a exemplo, do Comitê Interinstitucional Gestor de Ações Afirmativas do Tribunal Regional do Trabalho da 23^a Região, que subsidiou as diárias dos participantes inscritos nas oficinas de Sinop-MT e Barra do Garças-MT.

A adesão ao curso mostrou-se positiva, dos 142 município do Estado de Mato Grosso, obtivemos 122 inscritos e 102 municípios em que ao menos um profissional, seja da saúde ou assistência social, foi qualificado, totalizando 258 profissionais qualificados em todo o estado. A figura abaixo demonstra o alcance do curso no estado. Vale salientar que dadas as limitações orçamentárias os organizadores tiveram que restringir o convite para apenas 04 profissionais por município, sendo 2 da área da saúde e 02 da assistência social.

Figura 5

Mapa dos municípios de Mato Grosso que tiveram profissionais qualificados



Fonte: Banco de dados PAI-MT

Em 2024, dado ao êxito das capacitações realizadas anteriormente e mediante o conhecimento da equipe executora sobre a rotatividade dos profissionais de ponta, tanto na área da saúde e da assistência social, houve um esforço do PAI-MT e da COETRAE-MT para uma reoferta do curso de Formação para Atenção Integral às Populações Vulneráveis e Trabalhadore(a)s Resgatado(a)s do Trabalho Escravo em mais duas macrorregiões, Juara e Cuiabá, com oficinas realizadas em 05 e 02 de agosto, respectivamente; e outra reoferta em 2025 nos municípios anfitriões de Tangará da Serra e Primavera do Leste, com oficinas entre maio e julho de 2025. O esforço despendido para esta segunda reoferta da capacitação foi profícuo, pois obtivemos a participação de profissionais de municípios mato-grossenses que ainda não haviam sido qualificados na edição anterior, aumentando assim, o alcance desta formação no estado. Com as novas edições de 2024 e 2025 já são 380 profissionais da saúde e/ou da assistência social qualificados, de 129 municípios de Mato Grosso.

A equipe do PAI-MT vem trabalhando nos últimos meses para analisar e compilar os resultados qualitativos das oficinas, considerando-se a riqueza das contribuições recebidas, a título de ações práticas já executadas ou ainda aquelas que demandam apoio e operacionalização conjunta. Assim discute-se a necessidade de uma capacitação continuada no estado, com possibilidade de ampliação a outras áreas e seus agentes públicos; uma iniciativa que a COETRAE-MT em parceria com organização Escravo nem Pensar está executando com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

Dentre os principais desafios para o planejamento, organização e execução do curso de Formação para Atenção Integral às Populações Vulneráveis e Trabalhadore(a)s Resgatado(a)s do Trabalho Escravo podemos citar os entraves da burocracia na iniciativa pública, o que demanda um esforço hercúleo dos profissionais que atuam nestas instituições para concretização de ações inovadoras e intersetoriais, uma vez que a cultura organizacional destas

instituições mostra-se, em sua grande maioria, pouco abertas à inovação no setor público e às ações conjuntas, demonstrando o quanto se faz necessário avançar nestas áreas, a fim de promover e construir condições múltiplas de aprendizado e enfrentamento à exploração.

Os resultados obtidos pela intervenção proposta, são promissores e embora ainda preliminares, fornecem indícios substanciais de que a intersectorialidade e o controle social podem andar juntos em favor às populações mais vulneráveis e àquelas que já foram escravizadas ou que ainda se encontrem em tais circunstâncias. Na medida em que se qualificam os profissionais para o enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo, há uma capilarização das forças de combate que geram o fortalecimento das redes de apoio a estas populações além de garantir um atendimento e escuta qualificada, que com o passar do tempo, podem fomentar ou construir caminhos para a efetivação de políticas públicas mais assertivas nesta temática. Políticas públicas que de fato, vislumbrem a integralidade da pessoa humana, a fim de fornecer suporte para uma reinserção social digna e emancipatória de cada trabalhador que vivenciou a exploração laboral, nos moldes da escravidão contemporânea.

Contribuição Tecnológica-Social: prevenção e formação como armas poderosas de combate

As ações de enfrentamento do trabalho análogo ao de escravo podem ser diversas, comumente são caracterizadas como sendo de repressão, responsabilização e sensibilização. Neste sentido, os propositores da intervenção, embora atuem diretamente com as ações de pós-resgate, entendem que a prevenção, possibilitada por meio da sensibilização social para a temática, seria o melhor cenário para se operar. No entanto, dados os inúmeros fatores que contribuem para a exploração da força de trabalho contemporânea, faz com que as vítimas do TEC continuem a emergir, seja em contextos rurais e/ou urbanos. Assim acredita-se que, em se tratando da erradicação do trabalho análogo ao de escravo, as ações de prevenção devam ser uma ação constante nas mais variadas áreas e espaços sociais.

Além de contribuir para as ações de prevenção do TEC, o curso de formação desenvolve em seus participantes habilidades práticas, na medida em que os oportuniza a contraposição do conhecimento adquirido nas aulas e a possibilidade de implantação de ações concretas em suas unidades ou território, podendo desenvolvê-las de modo isolado ou coletivo, articulando as redes de saúde e assistência social, e outros setores, áreas ou grupos que possam trabalhar em conjunto.

A proposta de intervenção demonstra ainda a possibilidade de se trabalhar a intersectorialidade e o controle social no enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo, o que se insere dentro da ótica da inovação no setor público. Por meio de práticas exitosas, como o curso proposto, o Estado pode tecer articulações e desenvolver, melhorar ou ampliar as políticas públicas de combate ao trabalho escravo contemporâneo.

Do ponto de vista econômico, a prevenção sempre é menos custosa do que as ações de resgate das vítimas, uma vez que o ilícito tenha sido realizado. Neste sentido, investir em conhecimento e capacitação dos profissionais é uma estratégia inteligente e oportuna no enfrentamento do TEC, pois as equipes da saúde e assistência social atuam diretamente com populações vulneráveis a vários tipos de violações dentre elas a exploração laboral, deste modo podem também desenvolver práticas de sensibilização e alerta a situações que possam vir a tornarem-se caso de exploração. Saber identificar, como agir ou denunciar estes casos é necessário e garante ao servidor o cumprimento de sua função como agente do estado.

Referências

Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado de Mato Grosso. (s.d.).

Capra, F. (1998). *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Cultrix.

Leão, L. H. C., & Vasconcellos, L. C. F. de. (2015). Cadeias produtivas e a vigilância em saúde, trabalho e ambiente. *Saúde e Sociedade*, 24(4), 1232–1243.
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015143270> (se houver DOI; se não, omitir essa parte).

Leão, L. H. C., & Brant, L. C. (2015). Manifestações de sofrimento: dilemas e desafios para a vigilância em saúde do trabalhador. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 25, 1271–1292.
<https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000300018> (incluir o DOI se disponível).

Paiva Leão, R., et al. (2017). Movimento Ação Integrada: mecanismo de combate ao trabalho escravo? *Revista Pleiade*, 11(21), 25–31.

Pellizari, K., de Arruda, V., & Alves, H. R. A. (2021). Projeto Ação Integrada: resgate histórico do projeto no combate ao trabalho análogo ao de escravo em Mato Grosso. *Expressa Extensão*, 26(3), 6–19.

Pellizari, K. (2021). Projeto Ação Integrada: uma reflexão sobre a articulação interinstitucional como diferencial do projeto. *Anais do Seminário Regional de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste (SEREX)*, 5, 353–359.

Projeto Ação Integrada-MT. (2024, agosto 27). Recuperado de
<http://acaointegradamt.com.br/pt>